I
Cultura: um conceito reacionário?

O conceito de cultura é profundamente reacionário. É uma maneira de separar atividades semióticas (atividades de orientação no mundo social e cósmico) em esferas, às quais os homens são remetidos. Tais atividades, assim isoladas, são padronizadas, instituídas potencial ou realmente e capitalizadas para o modo de semiotização dominante — ou seja, simplesmente cortadas de suas realidades políticas.

●

Toda a obra de Proust gira em torno da idéia de que é impossível autonomizar esferas como a da música, das artes plásticas, da literatura, dos conjuntos arquitetônicos, da vida microssocial nos salões...

●

A cultura enquanto esfera autônoma só existe a nível dos mercados de poder, dos mercados econômicos, e não a nível da produção, da criação e do consumo real.

●

O que caracteriza os modos de produção *capitalísticos* [1] é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de troca, valores que são

1. Guattari acrescenta o sufixo "ístico" a "capitalista" por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do "Terceiro Mundo" ou do capitalismo "periférico", assim como as economias ditas socialistas dos países do leste, que vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. Tais sociedades, segundo Guattari, em nada se diferenciariam do ponto de vista do modo de produção da subjetividade. Elas funcionariam segundo uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política. (O leitor reencontrará essa temática, desenvolvida em diferentes direções, ao longo do livro).

da ordem do capital, das semióticas monetárias ou dos modos de financiamento. Eles funcionam também através de um modo de controle da subjetivação, que eu chamaria de "cultura de equivalência" ou de "sistemas de equivalência na esfera da cultura". Desse ponto de vista o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva. E quando falo em sujeição subjetiva não me refiro apenas à publicidade para a produção e o consumo de bens. *É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade.*

●

Cultura de massa e singularidade [2]

O título que propus para este debate na *Folha de São Paulo* foi "Cultura de massa e singularidade". O título reiteradamente anunciado foi "Cultura de massa e individualidade" — e talvez esse não seja um mero problema de tradução. Talvez seja difícil ouvir o termo *singularidade* e, nesse caso, traduzi-lo por *individualidade* me parece colocar em jogo uma dimensão essencial da cultura de massa. É exatamente este o tema que eu gostaria de abordar hoje: a cultura de massa como elemento fundamental da *"produção de subjetividade capitalística"*.

Essa cultura de massa produz, exatamente, indivíduos; indivíduos normalizados, articulados uns aos outros segundo sistemas hierárquicos, sistemas de valores, sistemas de submissão — não sistemas de submissão visíveis e explícitos, como na etologia animal, ou como nas sociedades arcaicas ou pré-capitalistas, mas sistemas de submissão muito mais dissimulados. E eu nem diria que esses sistemas são "interiorizados" ou "internalizados" de acordo com a expressão que esteve muito em voga numa certa época, e que implica uma idéia de subjetividade como algo a ser preenchido. Ao contrário, o que há é simplesmente uma *produção* de subjetividade. Não somente uma produção da subjetividade individuada — subjetividade dos indivíduos — mas uma produção de subjetividade social, uma produção da subjetividade que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. E mais ainda: uma produção da subjetividade inconsciente. A meu ver, essa grande fábrica, essa grande máquina capitalística produz inclusive aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiamos, quando nos apaixonamos e assim por diante. Em todo caso, ela pretende garantir uma função hegemônica em todos esses campos.

A essa máquina de produção de subjetividade eu oporia a idéia de que é possível desenvolver modos de subjetivação singulares, aquilo que

2. Título de uma mesa-redonda promovida pela *Folha de São Paulo* em 3 de setembro de 1982, com a participação de F. Guattari, Laymert G. dos Santos, José Miguel Wisnik, Modesto Carone e Arlindo Machado. O texto que se segue é uma montagem: ele inclui a transcrição da fala de Guattari nesse evento, além de idéias esparsas, por ele colocadas em outras ocasiões no decorrer de sua viagem ao Brasil. As falas dos demais participantes da mesa-redonda em questão, bem como trechos do debate, encontram-se espalhados pelo livro.

poderíamos chamar de *"processos de singularização":* uma maneira de recusar todos esses modos de encodificação preestabelecidos, todos esses modos de manipulação e de telecomando, recusá-los para construir, de certa forma, modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. Há assim algumas palavras-cilada (como a palavra cultura), noções-anteparo que nos impedem de pensar a realidade dos processos em questão.

A palavra cultura teve vários sentidos no decorrer da História: seu sentido mais antigo é o que aparece na expressão "cultivar o espírito". Vou designá-la "sentido A" e *"cultura-valor",* por corresponder a um julgamento de valor que determina quem tem cultura, e quem não tem: ou se pertence a meios cultos ou se pertence a meios incultos. O segundo núcleo semântico agrupa outras significações relativas à cultura. Vou designá-lo "sentido B". É a *"cultura-alma coletiva",* sinônimo de civilização. Desta vez, já não há mais o par "ter ou não ter": todo mundo tem cultura. Essa é uma cultura muito democrática: qualquer um pode reivindicar sua identidade cultural. É uma espécie de "a priori" da cultura: fala-se em cultura negra, cultura *underground,* cultura técnica, etc. É uma espécie de alma um tanto vaga, difícil de captar, e que se prestou no curso da História a toda espécie de ambigüidade, pois é uma dimensão semântica que se encontra tanto no partido hitleriano, com a noção de *volk* (povo), quanto em numerosos movimentos de emancipação que querem se reapropriar de sua cultura, e de seu fundo cultural. O terceiro núcleo semântico, que designo "C", corresponde à cultura de massa e eu o chamaria de *"cultura-mercadoria".* Aí já não há julgamento de valor, nem territórios coletivos da cultura mais ou menos secretos, como nos sentidos A e B. A cultura são todos os bens: todos os equipamentos (casas de cultura, etc.), todas as pessoas (especialistas que trabalham nesse tipo de equipamento), todas as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, enfim, tudo que contribui para a produção de objetos semióticos (livros, filmes, etc.), difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal. Difunde-se cultura exatamente como Coca-Cola, cigarros "de quem sabe o que quer", carros ou qualquer coisa.

Retomemos as três categorias. Com a ascensão da burguesia, a cultura-valor parece ter vindo substituir outras noções segregativas, antigos sistemas de segregação social da nobreza. Já não se fala mais em pessoas de qualidade: o que se considera é a qualidade da cultura, resultante de determinado trabalho. É a isso que se refere, por exemplo, aquela fórmula de Voltaire, espécie de palavra de ordem no final de *Candide:* "Cultivem seus jardins". As elites burguesas extraem a legitimidade de seu poder do fato de terem feito certo tipo de trabalho no campo do saber, no

campo das artes, e assim por diante. Também essa noção cultura-valor tem diversas acepções. Pode-se tomá-la como uma categoria geral de valor cultural no campo das elites burguesas, mas também se pode usá-la para designar diferentes níveis culturais em sistemas setoriais de valor — aquilo que faz com que se fale, por exemplo, em cultura clássica, cultura científica, cultura artística.

E aí, passo a passo, vai-se chegando à definição B, a da cultura-alma, que é uma noção peseudocientífica, elaborada a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento da antropologia, em particular da antropologia cultural. No início, a noção de alma coletiva é muito próxima de uma noção segregativa e até racista; grandes antropólogos como Lévy-Bruhl e Taylor reificam essa noção de cultura. Fala-se, por exemplo, que as sociedades primitivas têm uma concepção animista do mundo, uma "alma primitiva", uma "mentalidade primitiva" — noções que servirão para qualificar modos de subjetivação que, na verdade, são perfeitamente heterogêneos. E, depois, na evolução das ciências antropológicas, com o estruturalismo e o culturalismo, houve uma tentativa de se livrar desses sistemas de apreciação etnocêntricos. A corrente culturalista é muito diversificada no que diz respeito a essa tentativa. Alguns continuaram a ter uma visão etnocêntrica. Outros, em compensação, como Kardiner, Margareth Mead, Ruth Benedict, com noções tais como "personalidade de base", "personalidade cultural de base", "*pattern* cultural", quiseram livrar-se do etnocentrismo. Mas, no fundo, pode-se dizer que se essa tentativa consistiu em sair do etnocentrismo — renunciar a uma referência geral em relação à cultura branca, ocidental, masculina, etc. — ela, na verdade, estabeleceu uma espécie de policentrismo cultural, uma espécie de multiplicação do etnocentrismo.

Essa "cultura-alma", no sentido B, consiste em isolar o que chamarei de uma esfera da cultura (o domínio do mito, do culto, da numeração, etc.) à qual se oporão outros níveis tidos como heterogêneos. Por exemplo, o campo do político, o campo das relações estruturais de parentesco, tudo aquilo que diz respeito à economia dos bens e dos prestígios, etc. E assim acaba-se desembocando numa situação em que se separa aquilo que eu chamaria de atividades de semiotização, numa esfera que passa a ser designada como a da cultura. E a cada alma coletiva (os povos, as etnias, os grupos sociais) será atribuída uma cultura. No entanto, esses povos, etnias e grupos sociais não vivem essas atividades como uma esfera separada. Da mesma maneira que o burguês fidalgo de Molière descobre que ele "faz prosa", as sociedades primitivas descobrem que "fazem cultura"; elas são informadas, por exemplo, de que fazem música, dança, atividades de culto, de mitologia, etc. E descobrem isso sobretudo no momento em que pessoas vêm lhes tomar a produção para expô-la em museus ou vendê-la no mercado de arte ou para inseri-la nas teorias antropológicas científicas em circulação. Mas elas não fazem nem cultura, nem dança, nem música. Todas essas dimensões são inteiramente articuladas

umas às outras num processo de expressão, e também articuladas com sua maneira de produzir bens, com sua maneira de produzir relações sociais. Ou seja, elas não assumem, absolutamente, essas diferentes categorizações que são as da antropologia. A situação é idêntica no caso da produção de um indivíduo que perdeu suas coordenadas no sistema psiquiátrico, ou no das crianças antes de sua integração ao sistema de escolarização. Elas brincam, articulam relações sociais, sonham, produzem e, mais cedo ou mais tarde, vão ter que aprender a categorizar essas dimensões de semiotização no campo social normalizado. Agora é hora de brincar, agora é hora de produzir para a escola, agora é hora de sonhar, e assim por diante.

Já a categoria cultura-mercadoria — o terceiro núcleo de sentido — se pretende muito mais objetiva: cultura aqui não é fazer teoria, mas produzir e difundir mercadorias culturais, em princípio sem levar em consideração os sistemas de valor distintivos do nível A (cultura-valor) e sem se preocupar tampouco com aquilo que eu chamaria de níveis territoriais da cultura, que são da alçada do nível B (cultura-alma). Não se trata de uma cultura a priori, mas de uma cultura que se produz, se reproduz, se modifica constantemente. Assim sendo, pode-se estabelecer uma espécie de nomenclatura científica, para tentar apreciar o que é, em termos quantitativos, essa produção de cultura. Há grades muito elaboradas (penso naquelas que estão em curso na Unesco), nas quais se pode classificar os níveis culturais das cidades, das categorias sociais, e assim por diante, em função do índice, do número de livros produzidos, do número de filmes, do número de salas de uso cultural, etc.

A minha idéia é que esses três sentidos que apareceram sucessivamente no curso da História continuam a funcionar, e ao mesmo tempo. Há uma complementaridade entre esses três tipos de núcleos semânticos. A produção dos meios de comunicação de massa, a produção da subjetividade capitalística gera uma cultura com vocação universal. Esta é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de trabalho, e na confecção daquilo que eu chamo de força coletiva de controle social. Mas, independentemente desses dois grandes objetivos, ela está totalmente disposta a tolerar territórios subjetivos, que escapam relativamente a essa cultura geral. É preciso, para isso, tolerar margens, setores de cultura minoritária — subjetividades em que possamos nos reconhecer, nos recuperar entre nós numa orientação alheia à do Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Essa atitude, entretanto, não é apenas de tolerância. Nas últimas décadas, essa produção capitalística se empenhou, ela própria, em produzir suas margens, e de algum modo equipou novos territórios subjetivos: os indivíduos, as famílias, os grupos sociais, as minorias, etc. Tudo isso parece ser muito bem calculado. Poder-se-ia dizer que, neste momento, Ministérios da Cultura estão começando a surgir por toda parte, desenvolvendo uma perspectiva modernista na qual se propõem a incrementar, de maneira aparentemente democrática, uma produção de cultura que lhes permita estar nas sociedades industriais desenvolvidas. E também encorajar

formas de cultura particularizadas, a fim de que as pessoas se sintam de algum modo numa espécie de território e não fiquem perdidas num mundo abstrato.

Na verdade, não é bem assim que as coisas acontecem. Esse duplo modo de produção da subjetividade, essa industrialização da produção de cultura segundo os níveis B e C não renunciou absolutamente ao sistema de valorização do nível A. Atrás dessa falsa democracia da cultura continuam a se instaurar — de modo completamente subjacente — os mesmos sistemas de segregação a partir de uma categoria geral da cultura. Os Ministros da Cultura e os especialistas dos equipamentos culturais, nessa perspectiva modernista, declaram não pretender qualificar socialmente os consumidores dos objetos culturais, mas apenas difundir cultura num determinado campo social, que funcionaria segundo uma lei de liberdade de trocas. No entanto, o que se omite aqui é que o campo social que recebe a cultura não é homogêneo. A difusão do livro, do disco, etc., não tem absolutamente a mesma significação quando veiculada nos meios de elites sociais ou nos meios de comunicação de massa, a título de formação ou de animação cultural.

Trabalhos de sociólogos como Bourdieu mostram que há grupos que já possuem até um metabolismo de receptividade das produções culturais. É óbvio que uma criança que nunca conviveu num ambiente de leitura, de produção de conhecimento, de fruição de obras plásticas, etc., não tem o mesmo tipo de relação com a cultura que teve, por exemplo, alguém como Jean-Paul Sartre que, literalmente, nasceu numa biblioteca. Ainda assim se quer manter a aparência de igualdade diante das produções culturais. De fato, conservamos o antigo sentido da palavra cultura, a cultura-valor, que se inscreve nas tradições aristocráticas de almas bem nascidas, de gente que sabe lidar com as palavras, as atitudes e as etiquetas. A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder.

Não apenas poder sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também poder de atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros. O sentido que uma banalidade pode tomar, por exemplo, no campo da literatura varia de acordo com o destinatário. O fato de um aluno ou um professorzinho do interior dizer banalidades sobre Maupassant não altera seu sistema de promoção de valor no campo social. Mas se Giscard d'Estaing, num dos grandes programas literários da televisão francesa, falar de Maupassant, ainda que uma banalidade, o fato se constitui imediatamente em um índice — não de seu conhecimento real acerca do escritor, mas de que ele pertence a um campo de poder que é o da cultura.

Tomarei um exemplo mais imediato, situado naquilo que estou considerando como contexto brasileiro. Constuma-se insinuar que o Lula e

o PT são pessoa e empreendimento muito simpáticos, mas que vão sem dúvida se revelar completamente incapazes de gerir uma sociedade altamente diferenciada como é a brasileira, pois eles não têm competência técnica, não têm níveis de saber suficientes para tanto. Recentemente, estive na Polônia, e constatei que esse mesmo tipo de argumentação é usado contra Walesa. Dirigentes do Partido Comunista Polonês empregam todos os meios possíveis para tentar desconsiderá-lo. Especialmente um sujeitinho nojento que se chama Racowski, e que declara à imprensa ocidental que simpatiza muitíssimo com esse personagem tão sedutor, tão charmoso, mas considera que, separado de seus conselheiros, de seu *entourage* habitual, ele não é nada, é um incapaz.

Na verdade, o que está se colocando em jogo não são esses níveis de competência, mesmo porque, para começo de conversa, é notório o nível de incompetência e corrupção das elites no poder. Aliás, nos agenciamentos de poder capitalístico em geral são sempre os mais estúpidos que se encontram no alto da pirâmide. Basta considerar os resultados: a gestão da economia mundial hoje conduz centenas e milhares de pessoas à fome, ao desespero, a um modo de vida inteiramente impossível, apesar dos progressos tecnológicos e das capacidades produtivas extraordinárias que estão se desenvolvendo nas revoluções tecnológicas atuais.

Assim, não podemos aceitar que o que esteja sendo efetivamente visado ou tendo um certo impacto na opinião seja a competência. Além disso, esse argumento promove uma certa função encarnada do saber — como se a inteligência necessária nesta situação de crise que estamos vivendo pudesse encarnar algum suposto talento ou saber transcendental. Esse argumento simplesmente escamoteia o fato de que todos os procedimentos de saber, de eficiência semiótica no mundo atual participam de agenciamentos complexos, que jamais são da alçada de um único especialista. Sabe-se muito bem que qualquer sistema de gestão moderna dos grandes processos industriais e sociais implica a articulação de diferentes níveis de competência. Nesse sentido, não vejo em que o Lula seria incapaz de fazer tal articulação. E quando eu falo do Lula, na verdade estou falando do PT, de todas as formações democráticas, de todas as correntes minoritárias que estão se agitando neste momento de campanha eleitoral no Brasil. Então, não dá para entender por que essas diferentes potencialidades de competência não poderiam fazer o que as elites hoje no poder fazem — igual ou melhor.

Acho que o ponto-chave dessa questão não está aí, e sim na relação do Lula com a cultura, como quantidade de informação. Não a cultura-alma — pois é óbvio que, nesse sentido, ele tem a cultura de São Bernardo, ou a cultura operária, e não vamos tirar isso dele —, mas sim com um certo tipo de cultura capitalística, uma das engrenagens fundamentais do poder. As pessoas do PT, em particular o Lula, não participam de determinada qualidade da cultura dominante. É muito mais uma questão de estilo e de etiqueta. Poder-se-ia dizer até que é algo que funciona

num nível anterior ao término de uma frase, à configuração de um discurso. Tais pessoas não fazem parte da cultura capitalística dominante. A partir daí desenvolve-se todo um vetor de culpabilização, pois essa concepção de cultura impregna todos os níveis sociais e produtivos. Daí tais pessoas não poderem pretender uma legitimidade para gerir os processos capitalísticos, coisa que elas próprias acabam também dizendo.

O que dá um caráter de estranhamento à ascensão política e social de pessoas como Lula é o fato de sentirmos muito bem que não se trata apenas de um fenômeno de ruptura em relação à gestão dos fluxos sociais e econômicos. Mas sim de colocar em prática um tipo de processo de subjetivação diferente do capitalístico, com seu duplo registro de produção de valores universais por um lado, e de "reterritorialização" em pequenos guetos subjetivos, por outro lado. Colocar em prática a produção de uma subjetividade que vai ser capaz de gerir a realidade das sociedades desenvolvidas e, ao mesmo tempo, gerir processos de singularização subjetiva, que não vão confinar as diferentes categorias sociais (minorias sexuais, raciais, culturais, etc.) no esquadrinhamento dominante do poder.

Então, a questão que se coloca agora não é mais "quem produz cultura", "quais vão ser os recipientes dessas produções culturais", mas como agenciar outros modos de produção semiótica, de maneira a possibilitar a construção de uma sociedade que simplesmente consiga manter-se de pé. Modos de produção semiótica que permitam assegurar uma divisão social da produção, sem por isso fechar os indivíduos em sistemas de segregação opressora ou categorizar suas produções semióticas em esferas distintas da cultura. A pintura como esfera cultural refere-se antes de mais nada aos pintores, às pessoas que têm currículo de pintoras e às pessoas que difundem essa pintura no comércio ou nos meios de comunicação de massa. Como fazer com que essas categorias ditas "da cultura" possam ser, ao mesmo tempo, altamente especializadas, singularizadas, como é o caso que acabei de mencionar, da pintura, sem que haja por isso uma espécie de posse hegemônica pelas elites capitalísticas? Como fazer com que a música, a dança, a criação, todas as formas de sensibilidade, pertençam de pleno direito ao conjunto dos componentes sociais? Como proclamar um direito à singularidade no campo de todos esses níveis de produção, dita "cultural", sem que essa singularidade seja confinada num novo tipo de etnia? Como fazer para que esses diferentes modos de produção cultural não se tornem unicamente especialidades, mas possam articular-se uns aos outros, articular-se ao conjunto do campo social, articular-se ao conjunto dos outros tipos de produção (o que eu chamo de produções maquínicas: toda essa revolução informática, telemática, dos robôs, etc.)? Como abrir — e até quebrar — essas antigas esferas culturais fechadas sobre si mesmas? Como produzir novos agenciamentos de singularização que trabalhem por uma sensibilidade estética, pela mudança da vida num plano mais cotidiano e, ao mesmo tempo, pelas transformações sociais a nível dos grandes conjuntos econômicos e sociais?

Para concluir, eu diria que os problemas da cultura devem necessariamente sair da articulação entre os três núcleos semânticos que evoquei anteriormente. Quando os meios de comunicação de massa ou os Ministros da Cultura falam de cultura, querem sempre nos convencer de que não estão tratando de problemas políticos e sociais. Distribui-se cultura para o consumo, como se distribui um mínimo vital de alimentos em algumas sociedades. Mas os agenciamentos de produção semiótica, em todos esses níveis artísticos, as criações de toda espécie implicam sempre, correlativamente, dimensões micropolíticas e macropolíticas.

Eventualmente, eu poderia falar dos efeitos dessa concepção hoje, na França, com o governo Mitterrand, para tentar descrever a maneira pela qual os socialistas estão girando em falso com essa categoria de cultura. E isso porque sua tentativa de democratização da cultura não está realmente conectada com os processos de subjetivação singular, com as minorias culturais ativas — o que faz com que ela restabeleça sempre, apesar das boas intenções, uma relação privilegiada entre o Estado e os diferentes sistemas de produção cultural. Neste momento, algumas pessoas na França, entre as quais me incluo, consideram muito importante inventar um modo de produção cultural que quebre radicalmente os esquemas atuais de poder nesse campo, esquemas de que dispõe o Estado atualmente, através de seus equipamentos coletivos e de sua mídia.

Como fazer para que a cultura saia dessas esferas fechadas sobre si mesmas? Como organizar, dispor e financiar processos de singularização cultural que desmontem os particularismos atuais no campo da cultura e, ao mesmo tempo, os empreendimentos de pseudodemocratização da cultura?

●

Não existe, a meu ver, cultura popular e cultura erudita. Há uma cultura capitalística que permeia todos os campos de expressão semiótica. É isso que tento dizer ao evocar os três núcleos semânticos do termo "cultura". Não há coisa mais horripilante do que fazer a apologia da cultura popular, ou da cultura proletária, ou sabe-se lá o que desta natureza. Há processos de singularização em práticas determinadas, e há procedimentos de reapropriação, de recuperação, operados pelos diferentes sistemas capitalísticos.

●

No fundo, só há uma cultura: a capitalística. É uma cultura sempre etnocêntrica e intelectocêntrica (ou logocêntrica), pois separa os universos semióticos das produções subjetivas.

Há muitas maneiras de a cultura ser etnocêntrica, e não apenas na relação racista do tipo cultura masculina, branca, adulta, etc. Ela pode ser relativamente policêntrica ou polietnocêntrica, e preservar a postulação

de uma referência de "cultura-valor", um padrão de tradutibilidade geral das produções semióticas, inteiramente paralelo ao capital.

Assim como o capital é um modo de semiotização que permite ter um equivalente geral para as produções econômicas e sociais, a cultura é o equivalente geral para as produções de poder. As classes dominantes sempre buscam essa dupla mais-valia: a mais-valia econômica, através do dinheiro, e a mais-valia de poder, através da cultura-valor.

Considero essas duas funções — mais-valia econômica e mais-valia do poder — inteiramente complementares. Elas constituem, juntamente com uma terceira categoria de equivalência — o poder sobre a energia, a capacidade de conversão das energias umas nas outras — os três pilares do CMI.